



## Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- Atos Normativos
- Dados estatísticos de Acidentes do Trabalho
- Dados estatísticos de Fiscalização

## Destaque da Semana

### [MP torna obrigatória autorização individual para contribuição sindical](#)

Consultor Jurídico - 02/03/2019

A Presidência da República editou a Medida Provisória 873, nesta sexta-feira (1º/3), que proíbe a cobrança de contribuição sindical a qualquer empregado que não tenha dado autorização expressa, individual e por escrito ao seu sindicato. A medida contraria entendimento do Tribunal Superior do Trabalho e diretrizes do Ministério Público do Trabalho.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)

### [Rejeitado trâmite de ADPF ajuizada por confederação contra MP que extinguiu Ministério do Trabalho](#)

Supremo Tribunal Federal - 25/02/2019

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a extinção da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 562, na qual a Confederação Nacional das Profissões Liberais questionava dispositivos da Medida Provisória (MP) 870/2019, que extinguiu o Ministério do Trabalho e distribuiu sua competência pelos Ministérios da Cidadania, Economia e Justiça e Segurança Pública. Entre outros fundamentos para rejeitar o trâmite da ação, o relator verificou que não foi preenchido o requisito da subsidiariedade para cabimento da ADPF, uma vez que a matéria pode ser questionada por meio de outros instrumentos jurídicos.

### [Dispensa de metalúrgica com deficiência em grupo de 500 empregados não foi discriminatória](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/03/2019

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu da condenação imposta à Mercedes-Benz do Brasil Ltda. o valor de R\$ 20 mil que deveria pagar a título de indenização por danos morais a uma metalúrgica com deficiência dispensada pela empresa em São Bernardo do Campo (SP). Conforme a Turma, não se trata de dispensa discriminatória, pois também foram dispensados mais 500 empregados.

### [Industriário receberá pagamento em dobro das férias divididas em três períodos](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/02/2019

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Pirelli Pneus Ltda. a pagar em dobro as férias de um industriário de Gravataí (RS) que teve o descanso dividido ilegalmente em três períodos (de 18, 10 e dois dias). Os fatos ocorreram antes da Reforma Trabalhista, quando a CLT vedava o fracionamento das férias.

### [Culpa de servente de obras em acidente afasta direito da família a indenização](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/02/2019

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a condenação imposta à Hicha Construções Elétricas Ltda. e à Bioenergia do Brasil S/A ao pagamento de indenização por dano moral à viúva e aos três filhos de um servente de obras que morreu em acidente de trabalho. Ficou demonstrado que ele foi o único culpado pelo episódio, por não ter prestado atenção à sinalização e às orientações das empresas.

### [Aplicação de teste do bafômetro de forma aleatória não caracteriza dano moral](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 26/02/2019

Um caldeireiro da Vortéx Tecnologia, Manutenção e Serviços Ltda., de Itabirito (MG), não receberá indenização por dano moral por ter sido submetido ao teste do etilômetro, popularmente conhecido como bafômetro. Como o teste era aplicado de forma aleatória entre os empregados, a Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou que a prática não caracteriza ato ilícito passível de reparação.

### [Auxílio previdenciário e surgimento de doença afetam estabilidade por acidente do trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 26/02/2019

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou a um auxiliar operacional a indenização substitutiva da remuneração do período de estabilidade provisória. Dispensado pelo Serviço Social da Indústria (Sesi), ele não recebeu auxílio-doença acidentário, requisito para a vítima de acidente do trabalho ter direito à manutenção do contrato de emprego por 12 meses após o fim do benefício previdenciário ([artigo 118](#) da Lei 8.213/1991). Em outro processo, a Sexta Turma deferiu a estabilidade a um ex-empregado cuja doença, comprovada após a dispensa, foi desencadeada pelas atividades exercidas.

### [Empresa é condenada em danos morais coletivos por descumprir regras sobre jornada](#)

Tribunal Superior do Trabalho – 25/02/2019

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Jorge Santos Tratores Máquinas Ltda., de São Gabriel (RS), a pagar R\$ 100 mil de indenização a título de dano moral coletivo. A condenação deveu-se ao reiterado descumprimento da legislação trabalhista relativa à integridade física, à saúde e à segurança dos empregados.

### [Carnaval não é feriado nacional](#)

Ministério da Economia (Trabalho) – 01/03/2019

Símbolo da cultura brasileira, o Carnaval é a festividade mais popular do país. De Norte a Sul, pessoas celebram a folia ou aproveitam para descansar ao longo de quatro dias. O período, porém, não é um feriado nacional, embora possa ser considerado feriado estadual ou municipal em alguns locais – necessitando para isso de amparo legal.

### [CAGED: Brasil tem saldo positivo de 34.313 empregos formais em janeiro](#)

Ministério da Economia (Trabalho) – 28/02/2019

O emprego formal no Brasil manteve a tendência de crescimento registrada em 2018 e fechou janeiro de 2019 com saldo positivo de 34.313 postos de trabalho. Foi o segundo melhor saldo do mês janeiro desde

2013. As informações são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados ([Caged](#)), divulgado nesta quinta-feira (28) pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

### [Call center do eSocial atendeu 239 mil empregadores em seis meses](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 27/02/2019

O call center do eSocial – Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – atendeu 239.307 empregadores nos primeiros seis meses de funcionamento, entre julho e dezembro do ano passado. Os dados incluem empregadores domésticos. A central de atendimento esclarece dúvidas operacionais, relacionadas ao envio, consulta e edição de dados transmitidos para o eSocial, além de informações sobre a utilização do portal. O call center atende pelo 0800 730 0888 e opera em âmbito nacional, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados. As ligações devem ser feitas de telefones fixo, das 7h às 19h. São 150 teleatendentes à disposição.

### [Trabalhadores com LER/Dort sofrem com dores crônicas, formigamento e fadiga](#)

Fundacentro - 28/02/2019

A pessoa diagnosticada com a doença Ler/Dort sente dor crônica no punho e na mão, bem como formigamento nos dedos ao executar atividades manuais. Além disso, as queixas também englobam desconforto, fadiga, sensação de diminuição de força, falta de firmeza nas mãos e enrijecimento muscular. Nos casos graves, o trabalhador não consegue realizar as suas atividades laborais de forma plena e tem dificuldade também de fazer a sua higiene pessoal e domésticos.

### [Lançada a CANPAT 2019](#)

Fundacentro – 28/02/2019

O Ministério da Economia, por meio da Secretaria do Trabalho e da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) iniciou os preparativos para a Campanha Nacional de Prevenção e Acidentes de Trabalho, a CANPAT 2019. Instituída em 1971, a CANPAT é um conjunto de ações proativas que visam a promoção de uma cultura de segurança e mobilização da sociedade para a necessidade de ações de prevenção no ambiente de trabalho.

### [Parceria histórica entre Fundacentro e ANAMT pode resultar em protocolo de intenções](#)

Fundacentro - 26/02/2019

Na manhã de segunda (25), a Presidente da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT), Márcia Bandini visitou a Fundacentro, a fim de retomar a parceria histórica com a instituição, por meio da assinatura oficial de um protocolo de intenções. A parceria entre as instituições prevê a inclusão do

mestrado profissional, anunciado por Spinelli durante o encontro. A entrega do projeto acadêmico junto a Capes poderá ocorrer até junho deste ano.

### [Conselho Nacional de Previdência realiza primeira reunião de 2019](#)

Ministério da Economia (Previdência) - 28/02/2019

O Conselho Nacional de Previdência (CNP) se reuniu na manhã desta quinta-feira (28), em Brasília. Durante o primeiro encontro de 2019, o secretário de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, fez uma apresentação sobre a Medida Provisória nº 871. A MP foi publicada em janeiro deste ano e tem o objetivo de combater fraudes, melhorar a qualidade dos gastos e reduzir a judicialização de textos previdenciários.

### [Seminário debate papel do setor financeiro no combate a trabalho escravo e tráfico humano](#)

Ministério Público do Trabalho - 01/03/2019

Este será o primeiro seminário do gênero no país e irá reunir representantes dos setores bancário e financeiro, de empresas e órgãos do poder público que atuam na regulação do setor financeiro e no combate ao trabalho escravo, da sociedade civil, além de representantes das Nações Unidas. O objetivo é discutir como o setor está combatendo o trabalho escravo no Brasil e no mundo e quais são os desafios e perspectivas para o desenvolvimento de políticas corporativas e marcos regulatórios nesse sentido.

### [MPT sedia reunião com presença do ministro Sérgio Moro](#)

Ministério Público do Trabalho – 28/02/2019

“Já há movimentos que buscam retomar aquela conceituação da época do Império, quando só se considerava trabalho escravo a restrição de liberdade”, alertou Ronaldo Fleury, que vê com preocupação as diversas tentativas de flexibilizar o atual conceito do Código Penal de trabalho análogo ao de escravo.

### [MPT e PRF firmam acordo de cooperação institucional](#)

Ministério Público do Trabalho - 27/02/2019

O Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) firmaram nesta quarta-feira (27) acordo de cooperação para intensificar o trabalho conjunto das duas instituições no combate ao trabalho escravo, à exploração do trabalho infantil e de adolescentes, às jornadas de trabalhadores motoristas acima do permitido pela legislação, entre outros pontos. O acordo estreita os laços de atuação conjunta entre as duas instituições e também prevê troca de informações e capacitação.

### [Contrae: SINAIT expõe os problemas enfrentados pela fiscalização com a nova estrutura no Ministério da Economia](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 27/02/2019

Rosa Jorge disse que o SINAIT apresentou as preocupações ao Secretário de Trabalho da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Dalcolmo, e ao subsecretário de Inspeção do Trabalho, Henrique Camargo Neves. Relembre [aqui](#) e [aqui](#). "Apresentamos nossas preocupações e aguardamos soluções para restabelecer o pleno funcionamento da Inspeção do Trabalho na sede e nas superintendências".

### [Alimentação e transporte pagos em dinheiro integram salário, diz TRT-4](#)

Consultor Jurídico - 28/02/2019

Pagar por alimentação e transporte em dinheiro faz com que o valor seja integrado ao salário. Esse é o entendimento da 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS), que deferiu a integração, ao salário de um operador de retroescavadeira, de R\$ 500 mensais pagos pelo empregador a título de vale-transporte e vale-alimentação.

### [Suspensão de CNH em execução trabalhista não viola direito de ir e vir, decide TRT-18](#)

Consultor Jurídico – 26/02/2019

O Código de Processo Civil de 2015, aplicável subsidiariamente ao Processo do Trabalho, permitiu a ampliação do poder do juiz para conduzir o processo e alcançar maior efetividade nas execuções. Esse foi o entendimento do Plenário do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (Goiás) ao indeferir mandado de segurança impetrado contra decisão da 14ª Vara do Trabalho de Goiânia que suspendeu a Carteira Nacional de Habitação de um empresário em execução de dívida.

### [Adicional de insalubridade só pode ser reduzido se houver contrapartida, diz TST](#)

Consultor Jurídico - 25/02/2019

Norma coletiva que restringe o pagamento do adicional em grau médio é válida somente com contrapartida benéfica ao funcionário. Com esse entendimento, a 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o Consórcio GC Ambiental de Anápolis (GO) a pagar o adicional de insalubridade em grau máximo de 40% a um empregado que trabalhava na varrição e na limpeza de vias públicas e recebia a parcela em grau médio de 20%.

## Atos Normativos

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 45, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019](#) (DOU de 26/02/2019 Seção I Pág. 37) - São isentas da Cofins as receitas derivadas das atividades próprias de sindicato patronal, assim consideradas aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, caso não possuam caráter contraprestacional direto e sejam destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 50, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019](#) (DOU de 26/02/2019 Seção I Pág. 37)- Associação sem fins lucrativos, para ter direito à isenção do IRPJ prevista no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, deve atender a todos os requisitos legais que condicionam o benefício, inclusive a limitação à remuneração dos dirigentes pelos serviços prestados, de que trata o art. 12, § 2º, "a", da Lei nº 9.532, de 1997. Assim, para gozo do benefício, a entidade só pode remunerar seus dirigentes dentro dos limites estabelecidos nos §§ 4º a 6º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 1997;

[SÚMULA TNU Nº 86, DE 12 DE DEZEMBRO 2018](#) (DOU de 26/02/2019 Seção I Pág. 58) - Não cabe incidente de uniformização que tenha como objeto principal questão controvertida de natureza constitucional que ainda não tenha sido definida pelo Supremo Tribunal Federal em sua jurisprudência dominante;

[SÚMULA TNU Nº 87, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019](#) (DOU de 26/02/2019 Seção I Pág. 58) - A eficácia do EPI não obsta o reconhecimento de atividade especial exercida antes de 03/12/1998, data de início da vigência da MP 1.729/98, convertida na Lei n. 9.732/98;

[DECRETO Nº 9.716, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019](#) (DOU de 27/02/2019 Seção I Pág. 02) - Revoga dispositivos do Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019, que altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.

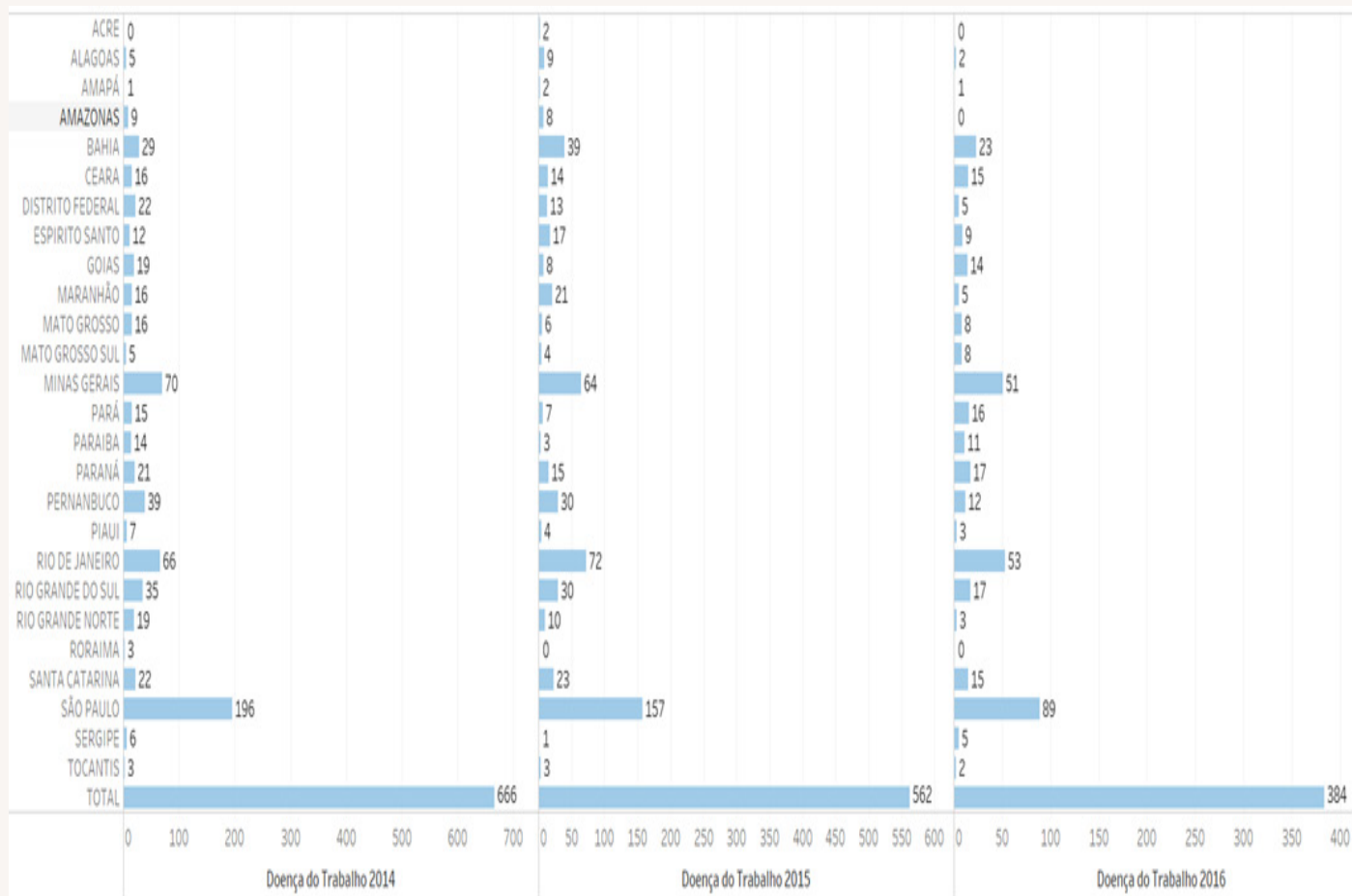
[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 873, DE 1º DE MARÇO DE 2019](#) (DOU de 01/03/2019 Seção I - Edição Extra) - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

## Dados Estatísticos de Acidentes do Trabalho

As informações constantes no gráfico abaixo referem-se aos dados estatísticos de acidentes devidos à doenças do trabalho extraídos do Anuário Estatístico de Acidentes no Trabalho – AEAT da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia.

O referido gráfico apresenta um comparativo das doenças ocupacionais em números absolutos, com emissão da comunicação de acidente de trabalho – CAT, registrados por Estado, nos anos de 2014, 2015 e 2016, na indústria da construção (CNAE 41, 42 e 43).

Os acidentes devidos à doenças do trabalho são ocasionados por qualquer tipo de doença profissional peculiar ao ramo da atividade, citado na tabela da Previdência Social.



Fonte: Anuário Estatístico de Acidente no Trabalho – AEAT 2016 - Secretaria de Previdência do Ministério da Economia.

### Tipos de Acidente do Trabalho:

**Acidentes Típicos** – são os acidentes decorrentes da característica da atividade profissional desempenhada pelo acidentado;

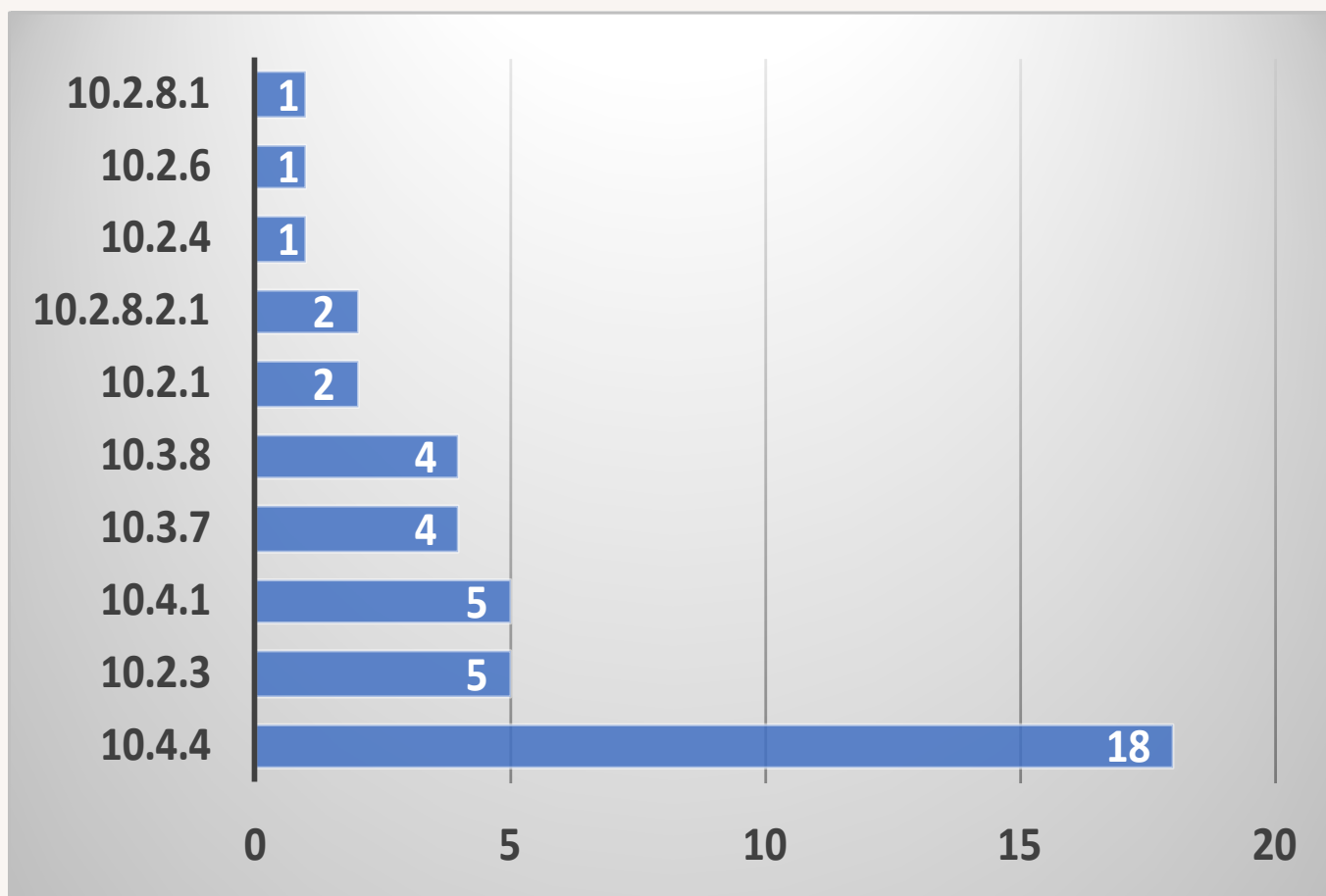
**Acidentes de Trajeto** – são os acidentes ocorridos no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado e vice-versa;

**Acidentes Devidos à Doença do Trabalho** – são os acidentes ocasionados por qualquer tipo de doença profissional peculiar a determinado ramo de atividade constante na tabela da Previdência Social;



## Dados Estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora 10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) mais capitulados como “Embargo” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTb

\* **Embargo:** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades dos canteiros de obra da Indústria da Construção por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 – Levantamento de Interdição.

## Dados Estatísticos de Fiscalização

*10.4.4 As instalações elétricas devem ser mantidas em condições seguras de funcionamento e seus sistemas de proteção devem ser inspecionados e controlados periodicamente, de acordo com as regulamentações existentes e definições de projetos.*

*10.2.3 As empresas estão obrigadas a manter esquemas unifilares atualizados das instalações elétricas dos seus estabelecimentos com as especificações do sistema de aterramento e demais equipamentos e dispositivos de proteção.*

*10.4.1 As instalações elétricas devem ser construídas, montadas, operadas, reformadas, ampliadas, reparadas e inspecionadas de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores e dos usuários, e serem supervisionadas por profissional autorizado, conforme dispõe esta NR.*

*10.3.7 O projeto das instalações elétricas deve ficar à disposição dos trabalhadores autorizados, das autoridades competentes e de outras pessoas autorizadas pela empresa e deve ser mantido atualizado.*

*10.3.8 O projeto elétrico deve atender ao que dispõem as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho, as regulamentações técnicas oficiais estabelecidas, e ser assinado por profissional legalmente habilitado.*

*10.2.1 Em todas as intervenções em instalações elétricas devem ser adotadas medidas preventivas de controle do risco elétrico e de outros riscos adicionais, mediante técnicas de análise de risco, de forma a garantir a segurança e a saúde no trabalho.*

*10.2.8.2.1 Na impossibilidade de implementação do estabelecido no subitem 10.2.8.2., devem ser utilizadas outras medidas de proteção coletiva, tais como: isolação das partes vivas, obstáculos, barreiras, sinalização, sistema de seccionamento automático de alimentação, bloqueio do religamento automático.*

*10.2.4 e acrescentar ao prontuário os documentos a seguir listados:*

*10.2.6 O Prontuário de Instalações Elétricas deve ser organizado e mantido atualizado pelo empregador ou pessoa formalmente designada pela empresa, devendo permanecer à disposição dos trabalhadores envolvidos nas instalações e serviços em eletricidade.*

*10.2.8.1 Em todos os serviços executados em instalações elétricas devem ser previstas e adotadas, prioritariamente, medidas de proteção coletiva aplicáveis, mediante procedimentos, às atividades a serem desenvolvidas, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores.*

## EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico